

HABEAS CORPUS Nº 570.714 - SC (2020/0080026-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JEAN CARLOS SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de JEAN CARLOS SOARES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0010320-81.2019.8.24.0008).

Extraio dos autos que o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau (SC) declarou "*remidos 17 dias da pena de Jean Carlos Soares, restando 6 horas de estudo de sobra para a próxima contagem*" (e-STJ fls. 51/53).

A defesa interpôs agravo pleiteando a remição de 177 dias da pena. A 4ª Câmara Criminal negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 90):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DEFENSIVO. DECISÃO QUE PROCEDEU À CONCESSÃO DE REMIÇÃO PELA CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL REALIZANDO ATIVIDADE DE ENSINO VINCULADA AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – CEJA.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 126, §1º, I, DA LEP. APROVAÇÃO POSTERIOR NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS – ENCCEJA/ENSINO FUNDAMENTAL.

IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DO ARTIGO 1º, IV, DA RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. INVIÁVEL CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PELO MESMO FATO GERADOR. POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS PELA CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E APROVAÇÃO DO ENCCEJA.

INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 126, §5º, DA LEP. DECISÃO JUDICIAL MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No presente *habeas corpus*, a Defensoria Pública busca a readequação da quantidade de dias remidos diante da aprovação total do apenado no ENCCEJA

(ensino fundamental) apresentando, para isso, os seguintes argumentos (e-STJ fls. 12/13):

[...] os precedentes do STJ citados confirmam a tese defensiva ora sustentada: 50% da carga horária do ensino fundamental equivale a 1.600 horas, e não a 800 horas.

Ademais, a aprovação total no ENCCEJA determina a aplicação da bonificação de 1/3 do § 5.º do art. 126 da LEP.

Está claro o equívoco do acórdão impugnado: o TJSC concluiu erroneamente que “50% da carga horária do ensino fundamental” equivaleria a 800 horas (em vez de 1.600 horas), isto é, 50% sobre 50%.

Por consequência, como 12 horas de estudo servem à remição de 1 dia de pena, tem-se que as 1.600 horas de estudo referentes à conclusão do ensino fundamental devem remir 133 dias de pena.

E diante da aprovação total no ENCCEJA — equivalente à conclusão do ensino fundamental — há de incidir, ainda, a bonificação de 1/3, nos termos do § 5.º do art. 126 da LEP 5 . Portanto, a aprovação total no ENCCEJA enseja a remição de 177 dias de pena (133 dias + 1/3)”

Diante dessas considerações requer, *ipsis litteris* (e-STJ fl. 15):

a) Liminarmente, CONCEDA-SE a ordem de habeas corpus para que reconhecer o direito do PACIENTE à remição de 172 dias decorrentes da aprovação total no ENCCEJA (já descontados os 5 dias remidos concedidos em razão da frequência ao CEJA), até julgamento do writ;

[...]

d) Ao final, concedida ou não a liminar, seja reconhecido o direito do PACIENTE à remição da pena no cômputo total de 177 dias pela aprovação total no ENCCEJA relativo ao ensino fundamental. Por consequência, descontados os 5 dias que já foram remidos em razão das horas de estudo durante o ano letivo de 201 perante o CEJA (fls. 146 do PEC), deverá ser declarada a remição total no importe de 172 dias de pena decorrentes da aprovação total no ENCCEJA (ensino fundamental) Subsidiariamente, caso não seja conhecido o habeas corpus, que a ordem seja concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/88, art. 5.º, LXVIII; CPP, art. 654, § 2.º).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator